

Falantes de dialectos fronteiriços da Extremadura espanhola no último século¹

JUAN M. CARRASCO GONZÁLEZ
Universidad de Extremadura
jcarrasc@unex.es

Na fronteira da Extremadura com Portugal podemos distinguir quatro grupos de falares fronteiriços²: 1) Os falares de Xalma (San Martín de Trevejo, Eljas e Valverde del Fresno); 2) Herrera de Alcántara; 3) Cedillo e as aldeias fronteiriças dos concelhos de Valencia de Alcántara e La Codosera; 4) Olivença³. No início do século XX todos os falares mantinham vitalidade completa, atingindo quase 100% dos habitantes. Só as famílias nativas com melhor posição económica conheciam o castelhano (eram

¹ Este trabalho foi redigido a partir da conferência “O português de Salamanca, Cáceres e Badajoz”, proferida a 3 de Março de 2006 na Universidade de Vigo. É resultado das pesquisas levadas a cabo no Projecto de Investigação “El Habla en Extremadura” (*II Plan de Investigación, Desarrollo Tecnológico e Innovación* da Junta de Extremadura, ref. 2PR04A025). É também devedor em parte de pesquisas anteriores nos seguintes projectos de investigação: “Estudio Lingüístico e Histórico de las Hablas Fronterizas de Extremadura” (*Plan Regional de Investigación*, 1997, Junta de Extremadura, ref. PRI97E060) e “Catalogación, Archivo y Creación de Material Didáctico de las Hablas Fronterizas Extremeñas” (*I Plan Regional de Investigación y Desarrollo Tecnológico*, Junta de Extremadura, 2000, ref. IPR00D003).

² Para uma justificação dialectal desta classificação, v. Carrasco (1996a) e Carrasco (1997).

³ Transcrevo os nomes dos lugares segundo a toponímia oficial em castelhano, de tal modo que será fácil localizá-los em qualquer mapa. Não é o caso de Olivença (*Olivenza* em castelhano), porque era possível optar por uma denominação oficial em português, língua que usamos na redacção deste trabalho. Os nomes destes lugares, no seu falar local são: San Martín ou Sa Martín di Trevellu, As Ellas, Valverdi du Fresnu (com a pronúncia *mañega*, *lagarteira* e *valverdeira*) e Firrêra (com pronúncia dialectal portuguesa).

bilingues), pois tinham a possibilidade de aceder a estudos de diferente nível.

Temos testemunhos desta situação inicial graças aos primeiros trabalhos de dialectologia fronteiriça que, em alguns casos, aparecem ainda no fim do século XIX. Antes só temos algumas referências preciosas, como a informação fornecida pelo *Dicionário Geográfico* de Madoz, onde se lê, por exemplo, que nas aldeias fronteiriças de Valencia de Alcántara, os «habitantes son de raza portuguesa, cuyo idioma y costumbres conservan» (Madoz 1953-55: IV, 43, s.v. “Lugar del Pino de Valencia”). A informação fornecida por trabalhos que se sucederam ao longo do século XX e a análise da situação actual dos falares fronteiriços, que difere segundo os grupos dialectais, oferecem-nos a possibilidade de reconstruir os processos de mudança linguística e sociolinguística que, de qualquer forma, apresentam nos nossos dias características muito diferentes de outras realidades históricas bem conhecidas⁴.

Bilinguismo

O contacto linguístico que vai determinar os diferentes processos modernos dos falares fronteiriços, até chegarem (com algumas excepções) quase à completa extinção, houve de passar por fases diferentes de bilinguismo. Anteriormente, no caso dos falares mais antigos, foi importante a influência de tipo adstrático, como era de prever em situação de fronteira linguística: traços de origem portuguesa e leonesa nos falares de Xalma ou alguns castelhanismos meridionais de Olivença (que nalguns casos alcançam também aos concelhos vizinhos de Alandroal, Elvas e Campo Maior) são claros exemplos daquela influência, como se pode comprovar em Matias (1984). Porém, ao longo do século XX vão produzir-se alterações sociolinguísticas dos falares fronteiriços que vão muito mais além daquela lenta e arcaica influência de séculos passados e que, de forma sistemática, começam por situações de bilinguismo.

Numa fase inicial, o bilinguismo é de tipo circunstancial naquelas sociedades. As pessoas, em todas as faixas etárias, continuam a usar o seu falar local. Porém, cada vez mais, por contacto com as autoridades, por imposição da escola ou por necessidade de relacionamento com pessoas de aldeias vizinhas de fala castelhana, acabam por adquirir um conhecimento do espanhol que, não sendo usado quotidianamente, consegue por vezes

⁴ Deste problema tenho vindo a ocupar-me nos últimos anos, nomeadamente em Carrasco (2004a) e Carrasco (2006).

transparecer na língua materna (algum uso de tempos verbais, algumas palavras soltas, etc.)⁵

No caso das pequenas aldeias e casarais mais próximos da raia, esta situação manteve-se quase até aos nossos dias. Neste caso, a proximidade física, familiar e até económica de Portugal fez com que os habitantes necessitassem muito mais da língua portuguesa do que do castelhano, mesmo fora da relação doméstica. Porém, são estas aldeias que mais sofreram com a emigração para os grandes centros industriais da Espanha e da Europa, especialmente a partir dos anos 60. Em geral, os habitantes destas localidades são, na actualidade, pessoas idosas, todas de língua materna portuguesa. Há poucos jovens e ainda menos crianças, ao ponto de terem desaparecido todas as escolas que há trinta ou quarenta anos ainda ali existiam. Sem novas gerações a quem transmitir a língua materna, o português desaparece pouco a pouco, acompanhando o próprio desaparecimento da população.

A penetração da língua oficial foi muito mais rápida e mais profunda nas localidades maiores, onde foi determinante a presença de diferentes instituições da administração (câmara municipal, tribunais, *Guardia Civil*, paróquias...) e da educação (escolas e liceus), bem como o facto de serem centros de atracção para numerosa população vizinha de fala castelhana. Nestes casos (como acontece com Olivença ou Cedillo) o bilinguismo instalou-se no uso quotidiano dos próprios habitantes nativos, se bem que nem sempre originasse o desaparecimento do falar local: em Xalma, por exemplo, mantém toda a vitalidade apesar do bilinguismo completo que se verifica nos nossos dias.

No fim do século XIX já Leite de Vasconcelos encontrou a vila de Olivença completamente bilingue, como se pode ler em Vasconcelos (1890-92). Porém, as pequenas aldeias pertencentes ao seu concelho, bem como Táliga (que é um concelho independente), ainda eram nessa altura de fala única portuguesa. Sabemos isso pela descrição que fazem Matos Sequeira e Rocha Júnior duas décadas mais tarde, em Sequeira & Rocha Júnior (1924), salientando o bilinguismo completo dos habitantes de Olivença, quando nas aldeias ainda se considerava alheia a língua castelhana.

Passada a primeira metade do século, Maria de Fátima de Rezende Matias encontra um bilinguismo completo: quer no campo, quer na cidade, e em todos os níveis sociais. Apesar disso,

⁵ Christina Ossenkop está a realizar uma análise sistemática da influência do espanhol nos habitantes da fronteira de Valencia de Alcántara de fala materna portuguesa em circunstâncias substancialmente idênticas às que existiram anteriormente nos outros grupos fronteiriços: v. Ossenkop (2006b).

o português continuava a ser a língua materna da maior parte da população:

Na sede do concelho [Oliveira] e nas aldeias de São Bento e Vila Real, o português é ainda a língua materna para grande parte da população; refiro-me às pessoas com idade superior a 25-30 anos. Esta situação verifica-se em todos os estratos sociais. Falam, porém, com igual facilidade, a língua espanhola, passando, na mesma conversa, de uma língua para a outra com grande à vontade (Matias 1984: 95).

Também é possível seguir o processo de bilinguismo dos habitantes de Xalma no último século, mas só a partir dos anos 20. É nessa data que aparecem os estudos de Oskar Fink (Fink 1929) e Leite de Vasconcelos (Vasconcelos 1927 e Vasconcelos 1933), que encontraram apenas uma parte da população bilingue (com conhecimento de castelhano), sendo a maioria falantes unicamente do dialecto. Apesar disso, os dois linguistas vaticinavam um rápido desaparecimento do falar local, dado que já percebiam o avanço inevitável da língua oficial naquela altura em que a administração, a escola, a imprensa e o costume de os filhos irem estudar longe da sua terra tornavam inevitável, como na actualidade, o conhecimento do castelhano.

Cerca de 1965, em Maia (1977), Clarinda de Azevedo Maia descreve uma situação em que o bilinguismo estava a atingir quase toda a população, o que punha em perigo a sobrevivência dos falares de Xalma⁶. Apesar disso, só em Valverde del Fresno era completo o bilinguismo, ao passo que em San Martín ainda era possível encontrar pessoas que desconheciam o castelhano e em Eljas todas as pessoas idosas falavam só o dialecto.

Note-se o facto de a região de Xalma ter sofrido o mesmo processo de bilinguismo que as outras áreas dialectais fronteiriças da Extremadura – talvez só com algum atraso mínimo no caso de San Martín e Eljas. É importante salientar isto porque na actualidade a situação que se apresenta é bem diferente, com uma sobrevivência do dialecto a todos os níveis etários e sociais que não vamos encontrar nas outras áreas dialectais.

Não há dúvida que Cedillo e Herrera de Alcántara seguiram os mesmos passos que as outras localidades relativamente grandes, com câmara municipal, escola e outros serviços da Administração. Porém, não temos trabalhos onde se descreva a penetração da língua oficial até aos anos 60, quando Maria da Conceição Vilhena redige a sua tese de licenciatura sobre estas localidades,

⁶ Apesar de publicado em 1977, este trabalho foi a tese de licenciatura da autora em 1965. V. especialmente pp. 97-107.

posteriormente publicada em Vilhena (2000)⁷. Nessa altura, a Prof.^a Vilhena não deixa de pôr de relevo a vitalidade dos falares em Cedillo e, ainda mais, em Herrera (onde até as crianças usavam normalmente o dialecto), mas já o bilinguismo se instalara nas duas aldeias de tal modo que era fácil prever a sua desapareição completa: «Proibidos pela escola, abandonados pelas crianças, a sua extinção dar-se-á com o desaparecimento dos mais jovens que agora os falam, portanto dentro de um espaço que não deve ir muito além do ano 2000» (Vilhena 2000: 490).

No caso das pequenas aldeias e casaríos espalhados ao longo de toda a fronteira da região de Valencia de Alcántara, a situação de bilinguismo estagnou nestes primeiros anos do século XXI, sendo muito parecida à situação que vimos descrita nos casos anteriores para a década de 60. Os habitantes actuais são quase todos de fala materna portuguesa e todos eles conhecem também o castelhano, que usam com vizinhos de Valencia de Alcántara ou de outras povoações próximas onde não se fala português. Esta situação deve-se ao facto de permanecerem nestas aldeias quase unicamente pessoas idosas, cujas relações sociais e familiares ainda estão muito ligadas ao outro lado da fronteira. Os mais jovens acabaram por emigrar quase todos, tendo passado frequentemente pelas escolas de ensino secundário de Valencia de Alcántara. Eu próprio, em Carrasco (1996b), tive a ocasião de entrevistar uma jovem de Jola (*Xola* para os seus habitantes) que estudava em Valencia de Alcántara (por acaso, sem ter escolhido a opção de Língua Portuguesa), cujo português já tinha inúmeras interferências castelhanas de todo o tipo – de facto, já não era a sua língua materna.

A emigração é também o maior perigo para a preservação da língua portuguesa nas terras pequenas, montes e casaríos espalhados pela raia fronteira de La Codosera. Note-se, porém, que não se trata da antiga emigração dos anos 60 e 70 para os grandes centros industriais da Espanha e da Europa, mas um abandono de actividades comerciais por causa do desaparecimento dos controlos fronteiriços da União Europeia. Alguns comerciantes fecharam os seus estabelecimentos para se instalarem em povoações próximas de Espanha (é o caso de La Codosera) ou de Portugal (como Arronches). Outros reformaram-se, unindo-se à

⁷ V. Anteriormente não houve descrição do bilinguismo ou doutras questões de tipo sociolinguístico, mas contamos com informação linguística sobre o falar de Herrera graças ao inquérito que António M. Espinosa (filho) fez em 1931 para o ALPI. Este inquérito pode ser consultado de forma completa em *Linguistic Atlas of the Iberian Peninsula. Searchable Database* (<http://www.alpi.ca>).

apresentação de muitos camponeses, e em muitos casos foram viver com mais comodidades noutras localidades mais ou menos próximas, incluindo a própria capital, Badajoz... Apesar disso, todos os habitantes originários destas aldeias são de fala materna portuguesa, sem distinção de idade, estudos ou condição social, muito embora o bilinguismo se tenha instalado plenamente, como aconteceu em toda a fronteira. A conservação da sua língua é natural nesses habitantes que, na sua grande maioria, ainda depois de várias gerações, conservam o passaporte português e, não raro, procuram que os filhos nasçam em Portugal. A propósito disto, para além dos meus trabalhos citados, veja-se também Carrasco (2001) e Carrasco (2004b).

Assimilação

Os processos de assimilação linguística aparecem como consequência da prolongada influência de uma língua de prestígio sobre outra língua ou dialecto que acaba por estabelecer com aquela uma relação de dependência. Nestes casos, para além de ser necessário manter esta situação ao longo de muito tempo (nalguns casos, durante séculos), é importante salientar que não é necessário chegar a um completo bilinguismo – muito embora as pessoas estejam sempre em contacto diastrático e diatópico com a língua tecto e tenham um conhecimento passivo dela, normalmente não a usam e, a princípio, têm grande dificuldade para se exprimirem nela.

Nesta situação, os falantes do dialecto ou da língua dependente acabam por adquirir hábitos linguísticos “de prestígio” procedentes da língua tecto, mas o resultado poderá ser muito diferente segundo sejam os condicionamentos de cada caso. Na Extremadura espanhola, o primeiro factor determinante foi a proximidade linguística entre a língua tecto (o castelhano) e as diferentes línguas dependentes. Naturalmente, a proximidade linguística faz com que os castelhanismos penetrem facilmente e a todos os níveis, desde o léxico até à fonética, à morfologia ou à sintaxe. Numa fase avançada deste processo, a língua dependente acaba por se perder completamente, assimilada pela língua tecto, de tal modo que passa a transformar-se numa variedade regional onde só restam alguns traços isolados da sua antiga condição. Assim aconteceu com o leonês que se falou durante séculos no Norte da província de Cáceres, o qual deu origem à variedade conhecida como “castúo” – nela ainda descobrimos antigas formas leonesas como o diminutivo “-ino”, a pronúncia das átonas finais “-i, -u”, alguns restos de sibilantes sonoras, abundante léxico leonês, etc.

O castelhanismo (como acontece sempre na influência entre línguas muito próximas) pode ser de dois tipos. O primeiro deles é fácil de identificar: a incorporação de um elemento do castelhano que o dialecto fronteiriço não tinha. O segundo pode levantar alguns problemas de interpretação: optar constantemente, dentro do sistema do dialecto dependente, pelos elementos coincidentes com o castelhano. Repare-se que, neste caso, não há verdadeira transposição de um traço linguístico castelhano para outro do dialecto ou a incorporação de uma inovação estritamente castelhana, mas o resultado é o mesmo: a paulatina e inexorável assimilação linguística. Em minha opinião, dado que se trata de sistemas muito próximos, que seguiram uma evolução paralela até à actualidade e que só adquiriram traços divergentes mais ou menos relevantes em época relativamente moderna (se comparados com outros sistemas românicos mais afastados), a constante determinação das opções coincidentes com o castelhano, rejeitando sempre as que são menos parecidas, é tão importante no processo de assimilação linguística (se não mais) como o castelhanismo “puro”⁸.

Este processo de assimilação linguística foi muito bem estudado por Maria da Conceição Vilhena no caso do falar de Herrera de Alcántara. O contacto com a língua castelhana, já desde a época medieval, fez com que o português ali falado adoptasse numerosos castelhanismos de vária índole, até ao ponto de ser difícil de entender por outros lusofalantes. Note-se, porém, que muitos destes traços pertencem ao espanhol meridional típico da Extremadura (desaparição ou aspiração de “s” final, permuta de “l” final de sílaba por “r”, etc.), o que significa que são traços modernos. De facto, o processo de assimilação continuava a progredir entre as gerações mais jovens na altura em que Maria da Conceição Vilhena fez os inquéritos naquela localidade, em 1963 e 1964:

Em Herrera, a pronúncia dos jovens está de tal modo afastada do português padrão que é mais fácil compreendê-los quando falam castelhano que ao exprimirem-se na linguagem local. A língua que falam é um misto de castelhano e português, em que a individualidade dialectal está quase desaparecida, devido à penetração intensa de castelhanismos em todos os sectores da linguagem (Vilhena 2000: 40).

⁸ Apesar de se tratar do contacto entre português e castelhano num contexto de fronteira, a situação é muito diferente no caso da *raia* entre o Uruguai e o Brasil, porque aqui não existiu exactamente, e para todo o território, uma verdadeira dependência de uma língua em relação à outra: cf. Elizaincín (1992).

Devido ao estado de assimilação que apresentavam, Maria da Conceição Vilhena optou por não fazer o inquérito aos mais jovens: «Um estudo linguístico do falar desta geração apresentaria resultados muito diversos daqueles a que cheguei neste trabalho, como diferente seria se, ao ter escolhido como informadores pessoas entre 40 a 60 anos, os tivesse escolhido entre os mais idosos, que são aqueles que possuem a pronúncia mais próxima do português padrão, apesar dos traços arcaicos conservados» (Vilhena 2000: 40).

Apesar de não incluir as características dos mais jovens, o falar de Herrera descrito por Vilhena apresenta muitos castelhanismos:

O contacto permanente e directo com o castelhano, criado pelas necessidades sociais, culturais e económicas dos tempos modernos, tem sido causa de uma infiltração geral que está patente, como vimos, em todos os campos da linguagem e com igual intensidade. O indivíduo de meia idade substituiu [v] por [b], [ʎ] por [j], [i] intervocálico por [ʒ], [j] (s final) por [s], quando não cai ou não aparece aspirado. O ensurdecimento das fricativas [z] e [ʒ] deve ter-se dado em épocas mais recuadas, pois já se regista na linguagem das pessoas mais idosas. Como inovação nos aparece ainda a queda de *-r* e *-l* finais de palavra. No campo da Morfologia é já grande o número de formas castelhanas [...] (Vilhena 2000: 489-490).

Processos de assimilação linguística também foram descritos nos falares de Xalma, especialmente no de Valverde del Fresno, que os próprios habitantes, conscientes da mistura com o castelhano, denominam *chapurrau*⁹. Em Valverde, para além doutros fenómenos comuns a todo o Vale de Xalma de origem castelhana ou castelhano-leonesa (sistema vocálico de três alturas, formação de tempos compostos, colocação dos clíticos, léxico, etc.), aparecem outros exclusivos como, por exemplo, os casos fonéticos do ensurdecimento das sibilantes ou a incorporação dos fonemas [χ] e [θ] (parcialmente coincidente com San Martín e Eljas).

⁹ Sobre esta denominação de *chapurrau*, v. o capítulo “Valverdeiro(s), lagarteiro(s), mañego(s): a propósito de las hablas (y las gentes) fronterizas de Valverde del Fresno, Eljas y San Martín de Trevejo” em Gargallo (1999: esp. 48-49), publicado inicialmente em 1996, nas *Actas do IV Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*. Também em Herrera usam esta palavra para o seu falar: «Nome que dão ao seu próprio falar dialectal: “Bá, palabra o tchaporrado”, “Eli tamé ðabe palrá o tchaporrado”» (Vilhena 2000: 394).

A situação descrita por Clarinda de Azevedo Maia em relação ao bilinguismo de Valverde em 1965, que já vimos páginas atrás, condiz com o grau de assimilação linguística:

A vitalidade e a pureza do dialecto variam também de povoação para povoação em ordem inversa à penetração da língua nacional, o espanhol: por ordem decrescente, a vitalidade é maior na Elhas, em San Martín e, finalmente, em Valverde del Fresno. É também nas Elhas que o dialecto se apresenta mais puro, isto é, menos afectado por influências do espanhol, ao passo que em San Martín e sobretudo em Valverde del Fresno as interferências são mais profundas e numerosas (Maia 1977: 97-98).

Actualmente, são vários os especialistas que descreveram os castelhanismos presentes nos falares de Xalma, como Francisco Fernández Rei ou Enrique Gargallo¹⁰, mas muito especialmente é o Prof. Costas González que chama a atenção para o processo de assimilação que se verifica entre os mais jovens, nomeadamente no que diz respeito ao léxico:

De entrada digamos que en Valverde, As Ellas e San Martín, as falas locais son medio de comunicación oral habitual e maioritario dos seus habitantes. Pero, con todo e falaren normalmente case tódolos naturais deste val nalgunha das súas variantes, o que constatan os propios nativos é que nos últimos trinta anos tense producido unha avalancha brutal de castelanismos na fala dos mais novos, debido sobre todo á escolarización obrigatoria (en castelán), o incremento das relacións comerciais pola mellora das comunicacións, os medios de comunicación, a administración, a igrexa, etc. Os mais novos son descoñecedores parciais dos traballos e oficios tradicionais, de moito léxico da flora e da fauna, etc. [...] A escola unicamente en castelán está a conseguir un dos seus obxectivos: varre-las peculiaridades lingüísticas das falas autóctonas, uniformizar pouco a pouco en castelán (Costas 2000: 95-96)¹¹.

Substituição

O mais recente e definitivo dos fenómenos que se verificam entre os falantes de dialectos fronteiriços na Extremadura é a substituição do seu falar pela língua oficial castelhana. É um fenómeno comum a todos os grupos dialectais, excepto o vale de Xalma e a raia de La Codosera, se bem que com alguma diferença

¹⁰ V. Rei (2000: esp. 126-128) e Gargallo (1999: 31-32).

¹¹ Xosé Henrique Costas González tem dedicado muitos trabalhos aos falares de Xalma. Remeto-me para a Bibliografia.

cronológica: a partir de certa altura, os pais decidem falar com os filhos unicamente em castelhano, de tal modo que a língua oficial se converte na língua materna das gerações mais jovens – e não raro também na única língua, porque já não aprendem o dialecto. Em consequência, o processo de substituição vai determinar, sem dúvida nenhuma, o desaparecimento destes falares fronteiriços que, na actualidade, só são falados pelas pessoas mais idosas.

A partir dos anos 50 e 60 nos Concelhos de Olivença, Tálaga, Cedillo e Herrera de Alcántara, entre 1970 e 1980 no caso das aldeias de Valencia de Alcántara, os pais decidiram falar só em castelhano com os seus filhos. Quando apenas restarem pessoas nascidas depois daqueles anos, todos os falares destas localidades fronteiriças desaparecerão.

O fenómeno de substituição linguística, apesar da sua relação com o avanço do bilinguismo e com as mesmas causas que o iniciaram, deve ser explicado acrescentando também uma mudança nas atitudes linguísticas. Em todos os casos, às condições que já existiam anteriormente relativamente à pressão da língua oficial (a escola, a administração local, os meios de comunicação, etc.), juntou-se agora a emigração por razões económicas, de tal modo que as famílias acabaram por pensar que os seus filhos, se queriam progredir, deveriam falar bem castelhano e procurar um bom posto de trabalho longe de casa. Isso fez com que mudassem as atitudes linguísticas acerca do seu falar fronteiriço. Maria de Fátima Matias, que descreveu muito bem este processo no caso de Olivença, tira a seguinte conclusão:

A auscultação das atitudes do falante, através do método directo, junto de trinta e seis inquiridos, dezoito homens e dezoito mulheres, equitativamente distribuídos por três camadas etárias (25-39; 40-59; 60 e mais) e três níveis de instrução (básico, médio e superior), mostrou por esmagadora maioria, que 95% dos oliventinos gosta mais do castelhano que do português, que considera *antigo, incorrecto, sem utilidade*, perante um castelhano *bonito, moderno, importante e útil*.

Também relativamente ao previsível desaparecimento do português de Olivença se verificou uma quase unanimidade de opiniões. Com efeito, só dois inquiridos se mostraram preocupados com esta perda, que lamentaram. Para os restantes, a morte desta língua na sua terra é necessária, para a construção dum futuro melhor, que só o bom domínio do castelhano garante (Matias 2001: 167)¹².

¹² Ainda que não orientada especificamente para o problema do abandono da língua portuguesa, é muito interessante a análise das atitudes linguísticas das crianças oliventinas (e não só) que leva a cabo João Nuno P. Corrêa Cardoso em Cardoso (1996). Entre outras conclusões bem

Maria da Conceição Vilhena encontrou exactamente a mesma situação em Cedillo e Herrera de Alcántara: uma forte emigração ao mesmo tempo que as famílias ensinavam o castelhano como única língua aos seus filhos. Em 1965, era esta a situação que encontrou em Cedillo:

Todavia, é interessante notar que, em Cedillo, onde o contacto com portugueses se faz com frequência, as crianças abandonaram completamente o falar local, logo que foi proibido pela escola. Há famílias em que os filhos mais velhos ainda falam português e os mais novos apenas o compreendem (Vilhena 2000, 40-41).

O falar de Herrera ainda se mantinha vivo entre as crianças naquela mesma data, mas a sua substituição pelo castelhano nas gerações seguintes era inevitável. Em Vilhena (1996), a autora faz uma comunicação com o significativo título de “Herrera de Alcántara: Um falar em vias de extinção”. Nele afirma o seguinte:

Apesar da vitalidade que possuía, no momento em que aí fomos, ele está condenado a um breve desaparecimento. Proibido pela escola, abandonado pelas crianças, a sua extinção dar-se-á com o desaparecimento dos mais novos que agora o falam, portanto dentro de um espaço que não deve ir além do fim do século [XX] (Vilhena 1996: 331).

As aldeias fronteiriças de Valencia de Alcántara sofreram esta mesma situação vinte anos mais tarde: em vez de nos anos 50/60, nos anos 70/80. Christina Ossenkop, numa comunicação de 2003, afirmava que «La mayoría de los habitantes con más de 30 años (en Cedillo: más de 50 años) es bilingüe» (Ossenkop 2006a: 75), mas «Entre los habitantes menores de 30 años, el uso exclusivo de la lengua española ha superado el 95% de los hablantes, aunque la mayoría de estos jóvenes comprendan perfectamente el portugués» (Ossenkop 2006a: 74). A situação é ainda mais diferente nas aldeias raianas de La Codosera, onde mesmo os mais novos falam

significativas, o Prof. Corrêa Cardoso verifica que para aquelas crianças a língua portuguesa pertence ao passado: «A recorrência do apontamento da idade avançada [...] é uma nota particular, porque revela a capacidade das crianças em conciliarem a história das civilizações vizinhas com a diacronia das respectivas línguas em contacto. Quando uma criança de 9 anos afirma que “los tiempos ya pasaron y las lenguas que se hablan son las espanolas [sic]”, é clara no juízo valorativo do bilinguismo como marca do passado» (Cardoso 1996: I, 435-436).

português, como eu próprio tive a ocasião de comprovar em entrevista a uma menina de quatro anos¹³.

Número de falantes

O número de falantes de dialectos fronteiriços extremenhos foi determinado, portanto, no transcurso do século XX, por aqueles factores que viemos a analisar previamente: a intromissão do bilinguismo com o castelhano (que fez com que, de mais de 90% de falantes exclusivos do dialecto em 1900, passássemos a 100% de conhecedores e utentes de castelhano em 2000), a forte influência do castelhano nalguns dialectos (com uma tendência para a desnaturalização dos traços próprios, como estava a acontecer com o falar de Herrera de Alcántara, se bem que na actualidade ainda possa vir a acontecer o mesmo com os falares de Xalma, nomeadamente com o *valverdeiru*) e a substituição do dialecto fronteiriço pelo castelhano como língua materna das gerações mais jovens (o que aconteceu em todas as regiões dialectais salvo no caso do vale de Xalma e nas aldeias raianas de La Codosera, onde o processo está muito atrasado).

Junto a estes três factores determinantes, devemos advertir acerca das consequências da emigração que, entre 1950 e 1980 aproximadamente, se produziu nestas aldeias da fronteira extremeña (salvo no caso de La Codosera, que só viria a sentir um processo semelhante de emigração a partir dos anos 90). Com a emigração, obviamente, diminuiu o número de falantes, nalguns casos para menos de metade dos falantes que havia em 1950. Por outro lado, nalgumas destas regiões fronteiriças (especialmente nas aldeias de Valencia de Alcántara, La Codosera e Olivença) houve uma recente incorporação de população residente ou não residente (segunda vivenda para férias e fins-de-semana), muito relacionada com actividades de turismo rural, que fez com que se alterasse a tradicional percentagem de falantes nativos do dialecto e falantes exclusivos de castelhano.

No seguinte quadro da população dos diferentes municípios fronteiriços implicados podemos perceber bem até que ponto influenciou o fenómeno da emigração no número de falantes¹⁴:

¹³ Sobre a situação muito especial das aldeias de La Codosera, em que a maior parte da população não só fala português, mas mantém o passaporte de Portugal, v. Carrasco (2004).

¹⁴ Dados estatísticos da base de dados “Poblaciones de hecho desde 1900 hasta 1991 / Población de hecho por municipios desde 1900” do *Instituto Nacional de Estadística* (Copyright INE 2006), obtidos em www.ine.es.

habitantes:	em 1950	em 1981
Eljas	2.234	1.646
San Martín de Trevejo	1.666	926
Valverde del Fresno	4.451	2.466
Herrera de Alcántara	1.319	540
Cedillo	1.436	655
Valencia de Alcántara	15.586	7.972
La Codosera	3.231	2.283
Olivenza	13.834	9.837
Táliga	1.476	795

Por volta de 1950, já o bilinguismo tinha alcançado quase toda a população – apenas os mais velhos falavam unicamente o dialecto local. Por volta de 1981, quando já tinha passado a época mais negra da emigração, as gerações mais jovens só falavam castelhano, salvo nas aldeias fronteiriças de La Codosera e nos três municípios do vale de Xalma. Em 2001, data em que se fez o último *Censo de Población y Viviendas do Instituto Nacional de Estadística*, só falavam o dialecto fronteiriço os maiores de 60 anos, sendo todos eles bilingues, em Cedillo, Herrera de Alcántara, Olivença e Táliga. Nessa mesma data, os maiores de 30 anos falavam dialecto nas aldeias fronteiriças de Valencia de Alcántara, ao passo que mais de 90% o falavam no vale de Xalma¹⁵ e nas aldeias fronteiriças de La Codosera. No seguinte quadro mostramos o número de falantes aproximados em cada grupo fronteiriço em 1900 (época de fala quase exclusivamente dialectal), em 1950 (época do bilinguismo) e em 2001 (época em que só uma percentagem da população fala o dialecto)¹⁶:

¹⁵ Quanto aos falares de Xalma, existem vários inquéritos sobre o uso do dialecto. O primeiro, realizado só em San Martín, dava percentagens superiores a 95% no uso do dialecto: v. Galindo (1993). Com critério mais científico, o Prof. José Enrique Gargallo realizou um inquérito entre alunos dos três lugares de Xalma que teve resultados muito parecidos: v. “*La fala de Xálma entre los más jóvenes: un par de sondeos escolares (de 1991 y 1992)*” in Gargallo (1999: 67-92). Finalmente, Xosé Henrique Costas González oferece dados próximos de 100%: sabem falar no seu dialecto 97% dos habitantes de Valverde e 100% dos de Eljas e San Martín; dentro da família os pais falam entre eles no dialecto 93% em Valverde, 100% em Eljas e 98% em San Martín; só as percentagens descem no caso do seu uso entre os mais jovens (78% em Valverde, 97% em Eljas e 84% em San Martín): v. Costas (1999).

¹⁶ Para os casos das localidades de Herrera de Alcántara, Cedillo, Valencia de Alcántara, Olivença e Táliga, tomaram-se os dados do *Censo de Población y Viviendas 2001* do Instituto Nacional de Estadísticas (www.ine.es): nas aldeias fronteiriças de Valencia de Alcántara só foram considerados os

	1900	1950	2001	total da população em 2001
a) Grupo do Vale de Xalma¹⁷	5.425	8.351	4.386	4.617
Eljas	1.750	2.234	1.108	1.166
Valverde del Fresno	2.020	4.451	2.390	2.516
San Martín de Trevejo	1.655	1.666	888	935
b) Herrera de Alcántara	1.013	1.319	113	310
c) Grupo de Cedillo e as aldeias raianas de Valencia de Alcántara e La Codosera	---	---	1.354	1.978
c.1) Cedillo	836	1.436	179	554
c.2) Valencia de Alcántara¹⁸	---	---	630	850
La Aceña de la Borrega	---	---	111	146
Las Casiñas	---	---	89	119
La Fontañera	---	---	68	85
Las Huertas de Cansa ¹⁹	---	---	133	180
Jola ²⁰	---	---	38	51
Las Lanchuelas	---	---	57	88

maiores de 30 anos, ao passo que nas outras localidades só se contaram os maiores de 60 anos. Para os casos do Vale de Xalma e La Codosera, optou-se por calcular 95% do total da população naquela data, de tal modo que não foi necessário requisitar a população por grupos etários.

¹⁷ Para além dos falantes do dialecto residentes nos municípios de Xalma, é frequente somar os muitos emigrantes que conservam o seu falar local e o transmitem aos filhos. O número de falantes pode ser duplicado se considerarmos os não residentes naquela região.

¹⁸ Dado que não é possível fazer a consulta por entidades inferiores ao município para os dados históricos de 1900 e 1950, apresentamos apenas os dados de 2001. O número total de falantes do dialecto e de habitantes em Valencia de Alcántara é só a soma das aldeias fronteiriças, e não do número total de habitantes: a própria vila de Valencia de Alcántara é de fala materna castelhana.

¹⁹ Com o intuito de preservar o *secreto estadístico*, nesta localidade, o INE não fornece dados etários. O cálculo é aproximado, a partir da percentagem média de falantes por habitante que possuem as outras localidades de Valencia de Alcántara (74%), segundo o número de habitantes que fornece o Nomenclátor do INE para o ano 2001 (em www.ine.es).

²⁰ Tal como em Las Huertas de Cansa, o INE não fornece os dados etários desta localidade (*cf.* nota anterior). Também neste caso usamos os dados no Nomenclátor igual que para o caso de Las Huertas de Cansa.

El Pino	---	---	80	108
San Pedro de los Majarretes ²¹	---	---	54	73
c.3) La Codosera²²	---	---	545	574
Bacoco	---	---	95	100
El Marco	---	---	115	121
La Rabaza	---	---	118	124
La Tojera	---	---	97	102
La Varse	---	---	27	29
La Vega	---	---	93	98
d) Grupo de Olivença	10.053	15.310	2.308	11.565
d.1) Olivença	9.066	13.834	2.099	10.827
San Francisco de Olivenza ²³	---	---	0	494
San Rafael de Olivenza ²⁴	---	---	0	246
Olivença	---	---	1.810	8.890
San Benito de la Contienda (<i>São Bento</i>)	---	---	145	574
San Jorge de Alor (<i>São Jorge</i>) ²⁵	---	---	106	509
Santo Domingo (<i>São Domingos</i>) ²⁶	---	---	4	20

²¹ Esta população não nasceu a partir da emigração portuguesa do século XVIII (ou posterior), porque já existia antes das guerras da Restauração. Porém, houve assentamentos portugueses na mesma medida que nas outras localidades fronteiriças, de tal modo que podemos calcular os falantes de português seguindo o mesmo sistema: quase todos os maiores de 30 anos.

²² Tal como em Valencia de Alcántara, também aqui não temos dados da população das aldeias raianas em 1900 e 1950. Os dados totais de La Codosera são, naturalmente, dos habitantes e dos falantes das aldeias raianas deste município.

²³ No caso de San Francisco de Olivenza e San Rafael de Olivenza, por serem localidades muito recentes (do plano de regas de Badajoz) e que não existiam aquando da incorporação desta região em Espanha, não contamos número de falantes de português: apenas aparecem para calcular o número de habitantes do município de Olivença.

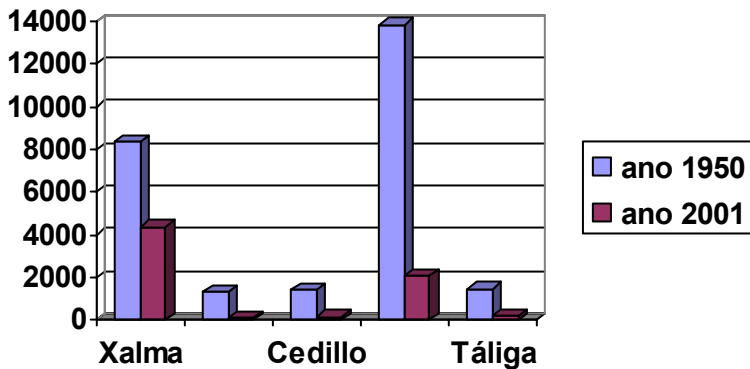
²⁴ V. nota anterior.

²⁵ Também aqui foram preservados os dados etários, de tal modo que fizemos o cálculo a partir do número total de habitantes desta localidade segundo o Nomenclátor do ano 2001 e aplicámos a mesma percentagem de falantes que possuem em média as outras localidades do Concelho de Olivença (20,8%), excluindo San Francisco e San Rafael.

Villarreal (Vila Real)	---	---	34	96
d.2) Tálaga	987	1.476	209	738

No seguinte quadro podemos ver com mais clareza a evolução dos falares fronteiriços na segunda metade do século XX, desde um bilinguismo de toda a população até à extinção próxima do dialecto, salvo no caso dos falares de Xalma²⁷:

NÚMERO DE FALANTES



BIBLIOGRAFIA

Cardoso (1996): João Nuno P. Corrêa Cardoso, "Sociolinguística escolar. Estudo avaliativo das atitudes linguísticas de comunidades escolares fronteiriças" in Juan M. Carrasco González & Antonio Viudas Camarasa, *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera (Cáceres, 1 al 3 de diciembre de 1994)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, I, pp. 423-446.

²⁶ É o mesmo caso que São Jorge, de tal modo que também fizemos o cálculo aproximado a partir dos dados do Nomenclátor.

²⁷ Só incluímos no quadro os municípios, dado que das aldeias e casaríos não temos dados históricos.

- Carrasco (1996a): Juan M. Carrasco González, "Hablas y dialectos portugueses o galaico-portugueses en Extremadura (Parte I: Grupos dialectales. Clasificación de las hablas de Jálama)", *Anuario de Estudios Filológicos*, XIX, pp. 135-148.
- Carrasco (1996b): Juan M. Carrasco González, "A língua portuguesa na Extremadura espanhola: o caso de Valencia de Alcântara" in Inês Duarte e Isabel Leiria (orgs.), *Congresso Internacional sobre o Português. Actas*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística - Edições Colibri, III, pp. 57-73.
- Carrasco (1997): Juan M. Carrasco González, "Hablas y dialectos portugueses o galaico-portugueses en Extremadura (Parte II y última: Otras hablas fronterizas. Conclusiones)", *Anuario de Estudios Filológicos*, XX, pp. 61-79.
- Carrasco (2001): Juan M. Carrasco González, "La frontera lingüística hispano-portuguesa en la provincia de Badajoz", *Revista de Filología Románica*, XVIII, pp. 139-158.
- Carrasco (2004a): Juan M. Carrasco González, "As línguas portuguesa e espanhola em contacto fronteiriço (Bilinguismo, assimilação, substituição e outros fenómenos de contacto linguístico na fronteira da Extremadura espanhola)", *Revista ... À Beira* (Covilhã), 4, pp. 35-49.
- Carrasco (2004b): Juan M. Carrasco González, "Cá no Alentejo: A língua portuguesa em La Codosera", *Anuario de Estudios Filológicos*, XXVII, pp. 12-21.
- Carrasco (2006): Juan M. Carrasco González, "Evolución de las hablas fronterizas luso-extremeñas desde mediados del siglo XX: uso y pervivencia del dialecto", *Revista de Estudios Extremeños*, LXII, 2, pp. 623-635.
- Costas (1992a): Xosé Henrique Costas González, "Notas sociolingüísticas sobre os falares 'galegos' da Ribeira Trevellana (Cáceres)", *A Trabe de Ouro*, XI, pp. 409-417.
- Costas (1992b): Xosé Henrique Costas González, "Breve caracterización das falas (fundamentalmente galegas) do Val do Río Ellas", *Cadernos de Lingua*, VI, pp. 85-108.
- Costas (1996): Xosé Henrique Costas González, "O galego de Extremadura: As falas do Val do Río Ellas" in Juan M. Carrasco González & Antonio Viudas Camarasa, *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera (Cáceres, 1 al 3 de diciembre de 1994)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, I, pp. 357-376.
- Costas (1998): Xosé Henrique Costas González, "Os subsistemas de sibilantes no galego do Val do Río Ellas" in Dieter Kremer, *Homenaxe a Ramón Lorenzo*, Universidade de Santiago de Compostela, II, pp. 581-589.

- Costas (1999): Xosé Henrique Costas González, “Valverdeiro, lagarteiro e mañego: O ‘galego’ do Val do Río Ellas (Cáceres)” in Francisco Fernández Rei & Antón Santamarina Fernández (eds.), *Estudios de Sociolingüística Románica. Linguas e variedades minorizadas*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 83-106.
- Costas (2000): Xosé Henrique Costas González, “Aspectos sociolingüísticos das falas do Val do Río Ellas (Cáceres)” in Antonio Salvador Plans, María Dolores García Oliva & Juan M. Carrasco González (orgs.), *Actas del I Congreso sobre A Fala*, Mérida, Editora Regional de Extremadura – Gabinete de Iniciativas Transfronterizas de la Junta de Extremadura, pp. 95-96.
- Costas (2001): Xosé Henrique Costas González, “Fronteiras lingüísticas no Val do Río Ellas (Cáceres)”, *Revista de Filología Románica*, XVIII, pp. 35-50.
- Elizaincín (1992): Adolfo Elizaincín, *Dialectos en contacto. Español y portugués en España y en América*, Montevideo, Arca.
- Fink (1927): Oskar Fink, *Studien über die Mundarten der Sierra de Gata*, Hamburg, Gruyter & Co.
- Galindo (1993): José Luis Martín Galindo, “Apuntes socio-históricos y lingüísticos sobre a fala do Val de Xálima [sic]”, *Alcántara*, Tercera Época, 30, pp. 123-147.
- Gargallo (1999): José Enrique Gargallo Gil, *Las hablas de San Martín de Trevejo, Eljas y Valverde del Fresno. Trilogía de los tres lugares*, Mérida, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas – Editora Regional de Extremadura.
- Madoz (1953-55): Pascual Madoz, *Diccionario Histórico-Geográfico de Extremadura*, Cáceres, Publicaciones del Departamento de Seminarios de la Jefatura Provincial del Movimiento. É edición parcial do *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, 16 vols., Madrid, Est. Literario-Tipográfico de P. Madoz y L. Sagasti, 1845-1850.
- Maia (1977): Clarinda de Azevedo Maia, *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região espanhola de Xalma e Alamedilla*, Coimbra, Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*.
- Matias (1984): Maria de Fátima de Rezende F. Matias, *Bilinguismo e níveis sociolingüísticos numa região luso-espanhola (Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*, Separata dos vols. XVIII e XIX da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra.

- Matias (2001): Maria de Fátima de Rezende F. Marias, "A agonia do português em Olivença", *Revista de Filología Románica*, XVIII, pp. 159-170.
- Ossenkop (2006a): Christina Ossenkop, "Variación lingüística en una zona fronteriza luso-española: de Cedillo a La Codosera (Extremadura)" in Thomas Krefeld (org.), *Modellando lo spazio in prospettiva linguistica*, Frankfurt, Peter Lang, pp. 73-88.
- Ossenkop (2006b): Christina Ossenkop, "La situación lingüística actual de las variedades portuguesas en la franja fronteriza de Valencia de Alcántara", *Revista de Estudios Extremeños*, LXII, 2, pp. 661-681.
- Rei (2000): Francisco Fernández Rei, "As falas de Xálima e a súa relación coa lingua galega. Notas sobre o 'descubrimento' do 'galego' de Cáceres" in Antonio Salvador Plans, María Dolores García Oliva & Juan M. Carrasco González (orgs.), *Actas del I Congreso sobre A Fala*, Mérida, Editora Regional de Extremadura - Gabinete de Iniciativas Transfronterizas de la Junta de Extremadura, pp. 109-140.
- Sequeira & Rocha Júnior (1924): Gustavo de Matos Sequeira & Rocha Júnior, *Olivença*, Lisboa.
- Vasconcelos (1890-92): José Leite de Vasconcelos, "O português de Olivença", *Revista Lusitana*, II, pp. 347-349.
- Vasconcelos (1927): José Leite de Vasconcelos, "Linguagem de San Martín de Trevejo (Cáceres, Espanha)", *Revista Lusitana*, XXVI, pp. 247-256.
- Vasconcelos (1933): José Leite de Vasconcelos, "Português dialectal na região de Xalma (Espanha)", *Revista Lusitana*, XXXI, pp. 166-275.
- Vilhena (1996): Maria da Conceição Vilhena, "Herrera de Alcántara: Um falar em vias de extinção" in Juan M. Carrasco González & Antonio Viudas Camarasa, *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera (Cáceres, 1 al 3 de diciembre de 1994)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, I, pp. 309-331.
- Vilhena (2000): Maria da Conceição Vilhena, *Falares de Herrera e Cedillo*, Mérida, Junta de Extremadura.